

12 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

EDUARDO MUYLAERT

Advogado criminal, conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP)
e do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)

Quando o juiz é suspeito

Que o STF examine a questão fugindo de pressões

Chamado de suspeito, qualquer ser humano se sente melindrado. Não, porém, se for um magistrado. No direito, essa palavra têm um sentido técnico que nada tem de ofensivo. O instituto da suspeição serve para proteger o julgador de qualquer dúvida razoável sobre sua necessária isenção. Poupa ainda as partes de qualquer desconfiância. E evita danos à já tão combalida imagem da Justiça.

A imparcialidade “deve decorrer de circunstâncias objetivas, que indiquem isenção de ânimo, equidistância das partes, absoluto desinteresse pessoal na solução do litígio”, definiu uma decisão da Justiça paulista.

É óbvio, e está na lei, que o juiz não pode julgar um processo em que ele mesmo, ou parentes próximos, tenham interesse direto. Também fica impedido de julgar um caso em que tenha funcionado como advogado, promotor ou delegado. Quem atuou na investigação, na defesa ou na acusação já tomou posição. É difícil separar os papéis e mais ainda convencer as pessoas de que essa mudança possa apagar convicções anteriores.

A desejada isenção do juiz decorre do mais elementar bom senso e é garantida por tratados internacionais e pela nossa Constituição. É suspeito, determina a lei processu-

al, o juiz que tenha amizade íntima ou inimizade capital com qualquer das partes, não bastando a mera cordialidade ou animosidade na convivência profissional.

Também é suspeito o juiz “se tiver aconselhado qualquer das partes”. Nessas condições, não oferece garantia de isenção psicológica, ainda que seja moralmente inatacável. Não é da honradez do juiz que se desconfia, mas de sua condição psicológica, observou Hélio Tornaghi.

Com base nesses pressupostos, consagrados e incontestáveis, o Supremo Tribunal Federal (STF) vai ter que decidir questões decorrentes da Lava Jato, que acabou por despertar amores e ódios. Ao pôr a nu inúmeros mecanismos de corrupção e de abusiva ingerência do poder econômico na esfera política, a operação acabou tendo enorme apelo popular, além de inegável influência no processo político e eleitoral.

Na origem, um grupo de jovens juizes e procuradores levou a peito a tarefa transformadora, rompendo barreiras tradicionais. O exemplo veio confessadamente da Operação Mãos Limpas, na Itália, e do processo penal norte-americano.

Ocorre que, no afã de alcançar êxito, a tal força-tarefa, com amplo

apoio e sustentação da autoridade judicante, usou maciçamente de mecanismos até então pouco usuais, como a condução coercitiva, as prisões provisórias e os acordos de delação e leniência. Tudo isso com a busca permanente de apoio da imprensa e da opinião pública, até com a divulgação, nem sempre ortodoxa, de interceptações telefônicas.

Com a recente revelação pelo site The Intercept, e agora o detalhamento pela **Folha**, ficamos sabendo de diálogos travados por canais não oficiais entre o então juiz Sergio Moro e procuradores da força-tarefa. A Justiça agora deve decidir se essas conversas se inserem na normalidade das relações institucionais ou se houve aconselhamento ou envolvimento além do que recomenda a prudência e exige a lei.

Não está em questão a pessoa do então juiz, hoje ministro da Justiça. Ao julgar o caso do triplex, ele provavelmente estava convicto de estar agindo com imparcialidade. É certo que, em inúmeros casos, proferiu absolvições, contrariando a força-tarefa. Mas a questão não é tão simples.

O Código de Processo Penal fixa parâmetros para que o julgador, além de ser imparcial, possa parecer imparcial. A ficção da justiça com os olhos vedados tem esse sentido, fazer justiça sem olhar a quem. Mudando de patamar, imaginemos um árbitro de futebol que seja pego aos cochichos com o treinador de um dos times em disputa. A conversa pode até ser inocente, mas a reação da torcida seria arrasadora.

Resta esperar que o STF examine a questão com a possível imparcialidade, fugindo de pressões, preconceitos e opiniões prematuras. Mais do que uma condenação, está em jogo o futuro da Justiça no Brasil. E precisamos continuar acreditando nela.

12 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Ministro evangélico da AGU é bom nome para o STF, afirma Bolsonaro

Presidente também propõe à bancada evangélica viabilizar medidas por decreto presidencial

Gustavo Uribe

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira (11) que o ministro da AGU (Advocacia-Geral da União), André Luiz Mendonça, é um bom nome para uma futura vaga ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Em entrevista à imprensa, ele lembrou que o ministro é “terrivelmente evangélico”. Na quarta (10), Bolsonaro usou essa expressão ao afirmar que pretende indicar ao Supremo um nome que professe tal vertente do cristianismo.

“Eu sei que ele é terrivelmente evangélico, posso garantir a vocês. Há muitos bons nomes para lá e o André Luiz é um bom nome e, com toda certeza, está em uma lista aí”, disse.

Mendonça é pastor presbiteriano e considerado o nome favorito do presidente para uma das vagas. “Este [Mendonça] terrivelmente evangélico será um profundo conhecedor das leis”, acrescentou Bolsonaro.

No mandato de Bolsonaro, dois postos devem ficar vagos.

O primeiro ministro do Supremo que deve deixar a corte é o decano Celso de Mello, que completa 75 anos — a idade de aposentadoria obrigatória — em novembro de 2020. A segunda vaga no STF

“

Eu sei que ele é terrivelmente evangélico, posso garantir a vocês. Há muitos bons nomes para lá e o André Luiz é um bom nome e, com toda certeza, está em uma lista aí

Jair Bolsonaro
presidente da República

deve ficar disponível com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello, em julho de 2021.

Nesta quinta, Bolsonaro disse ainda que discute desde a campanha eleitoral com líderes evangélicos a disposição de indicar um ministro com o perfil religioso.

Em outro aceno à frente evangélica nesta quinta, Bolsonaro ofereceu ao grupo a estrutura jurídica do Poder Executivo para que viabilize propostas por meio de decretos presidenciais.

O presidente reuniu deputados da bancada religiosa durante um café da manhã no Palácio do Planalto.

Na ocasião, Bolsonaro voltou a afirmar que indicará um nome evangélico ao STF e agradeceu à bancada

religiosa pelo empenho na reforma previdenciária.

“Os senhores têm ideias maravilhosas que via decreto pode resolver. Projeto de lei ou inclusão por ocasião de um relatório em uma medida provisória ou projeto de lei. Essas pequenas medidas têm um alcance enorme no Brasil e trazem a população para o nosso lado”, disse.

Não é a primeira vez que o presidente oferece uma espécie de atalho jurídico para evitar os trâmites do Poder Legislativo, uma vez que decretos presidenciais entram em vigor assim que publicados.

Segundo relatos feitos à Folha, ele tem dado a sugestão em conversas reservadas com deputados e senadores.

O café da manhã realizado nesta quinta com evangélicos é reflexo da relação cada vez mais próxima de Bolsonaro — que se declara católico — com esse segmento.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, fez questão de exaltar em rede social a fidelidade do grupo, que votou em peso com o governo no primeiro turno da votação da reforma da Previdência na Câmara.

Na quarta-feira (10), o presidente compareceu a um culto religioso, na Câmara dos Deputados, e a uma sessão solene em homenagem à Igreja Universal do Reino de Deus.

CONTINUA

12 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ao prometer uma vaga no STF a um evangélico, Bolsonaro disse que o Estado brasileiro é laico, mas que isso não impede que ele seja cristão.

O porta-voz da Presidência da República, Otávio Régio Barros, disse na quarta que “terrivelmente evangélico” era apenas uma força de expressão e que, na verdade,

o presidente se referia a um perfil que seja de “respeito” e “confiabilidade”.

Ele afirmou que Bolsonaro valoriza tanto a importância de um Estado laico que participará, em outubro, em Salvador, das comemorações da canonização de Irmã Dulce.

A indicação de ministros do Supremo é uma atribuição do presidente da República que depois precisa ser aprovada pelo Senado.

A declaração causou mal-estar na equipe do ministro da Justiça, Sergio Moro, que até então era considerado o favorito para a vaga de 2020.

Bolsonaro chegou a dizer neste ano que havia reservado uma das vagas a Sergio Moro, ex-juiz da Lava Jato que deixou a magistratura para se tornar ministro da Justiça do governo. Depois, negou haver qualquer acordo e disse apenas buscar alguém com o perfil dele.

O receio é de que, por conta do desgaste causado na imagem do ministro com o vazamento de mensagens privadas, Bolsonaro postergue sua indicação para 2021, dando o primeiro posto a um evangélico. Em diálogos revelados pelo site The Intercept Brasil, Moro, então juiz da Lava Jato, dá conselhos a procuradores, indica testemunhas e sugere alterações na ordem das fases da operação.

Segundo relatos feitos à **Folha**, o presidente já manifestou incômodo com a possibilidade de um nome indicado por ele ser rechaçado pelo Senado, risco que passou a ser levado em conta em uma indicação de Moro.

Caso Bolsonaro opte por segurar a escolha do ex-juiz da Lava Jato, além do ministro da AGU, outro cotado é o juiz federal Marcelo Bretas, que também é evangélico. Ele atua em casos da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro e foi responsável pelo pedido de prisão do ex-presidente Michel Temer (MDB), em março.

A escolha de um advogado geral não é novidade na história recente do STF. Os ministros Gilmar Mendes e José Dias Toffoli comandaram a pasta durante as administrações de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente.

FOLHA DE S. PAULO
Jair Bolsonaro 12 JUL 2019

decide indicar o filho Eduardo para vaga de embaixador nos EUA

Segundo o presidente, cabe ao atual deputado federal aceitar ou não o cargo; oposição critica chance, vista com desconfiança no Itamaraty

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro disse nesta quinta (11) que decidiu indicar seu filho Eduardo como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, mas que cabe ao atual deputado federal aceitar ou não o cargo.

“Da minha parte, eu me decidi agora, mas não é fácil uma decisão como esta estando no lugar dele e renunciando ao mandato”, disse ele em entrevista. “Apesar de ser meu filho, ele tem de decidir”

Questionado pela Folha sobre o assunto, Eduardo disse que não há nada definido.

“A missão que o presidente Bolsonaro der para mim, certamente vou desempenhar da melhor maneira. O presidente falou, está falado, mas não chegou nada oficial”, afirmou.

Bolsonaro disse que o filho fala inglês com fluência, tem boa relação com a família do presidente dos EUA, Donald Trump, e “daria conta do recado perfeitamente”.

Ele disse ter ficado surpreso com o vazamento da informação e brincou que há um anão no gabinete presidencial. “Isso foi hoje. Parabéns ao anão que dizem ter embaixo da minha mesa, que agiu rapidamente.”

O presidente lembrou também que já havia cogitado a possibilidade no passado.

“Não quero decidir por ele seu futuro”, disse. “Eu fiquei pensando: imagine se tivesse no Brasil o filho do presidente Mauricio Macri como embaixador da Argentina? Obviamente que o tratamento seria diferente”, afirmou.

No começo da noite, o deputado disse que aceitaria renunciar ao cargo para eventualmente assumir a embaixada.

“Eu fico imaginando do lado de lá, o povo americano olhando. O presidente de um país enviando seu filho para trabalhar lá. Eu falo inglês e espanhol, sou o deputado mais votado da história do Brasil, estou presidente da Comissão de Relações Exteriores. Acredito que as credenciais me dão uma certa qualificação”, afirmou.

O presidente disse que, se dependesse dele, tomaria uma decisão agora, mas lembrou que, além de ter de deixar o mandato, Eduardo acabou de se casar. Bolsonaro afirmou que já conversou sobre o assunto com o Ministério da Defesa e fez contato com os EUA.

Eduardo fez 35 anos nesta quarta (10), idade mínima para assumir como embaixador. Depois da indicação do presidente, o Senado ainda precisa confirmar o nome.

Advogado e escrivão da Polícia Federal, ele não tem formação internacional específica. É um dos mais influentes expoentes do chamado grupo ideológico do governo, influenciado pelas ideias do escritor Olavo de Carvalho.

Foi ele quem avalizou a indicação, feita por Olavo, do diplomata Ernesto Araújo para o cargo de chanceler. Ambos têm trabalhado em dupla e trocam elogios constantemente.

No entanto, durante visita de Jair Bolsonaro a Trump em março, Ernesto teve um chique por causa da participação de Eduardo no encontro privado entre os presidentes.

O chanceler não participou da reunião no Salão Oval.

Nesta quinta, Ernesto classificou o deputado como um “excelente nome” para o cargo ao ser questionado pelo próprio presidente sobre a possibilidade durante uma live.

Desde que assumiu o mandato, Eduardo tem defendido as posições pró-americanas do pai. É crítico dos adversários de Israel e se deixou fotografar com um boné pedindo a reeleição de Trump em 2020.

O cargo de embaixador nos EUA está vago desde abril, quando Ernesto removeu Sérgio Amaral do posto. Nestor Forster era considerado favorito para substituí-lo.

CONTINUA

12 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Eduardo Bolsonaro disse ainda que, quem quer que seja o escolhido, o novo chefe da delegação brasileira em Washington precisa ser “um amigo dos Estados Unidos.”

“Não pode ser uma pessoa que virou as costas ou que tenha no currículo algum ato de hostilidade aos EUA. Ou proximidade com a Venezuela.”

Representantes da oposição na Comissão de Relações Exteriores do Senado, que aprova ou rejeita nomes de embaixadores, contestaram a possível indicação de Eduardo.

Eles dizem se tratar de nepotismo e desrespeito à carreira diplomática. “Não vejo de forma nem um pouco positiva. Os filhos [de Bolsonaro] não podem ter esse protagonismo que estão tendo. É a família que está no comando do governo?”, disse o vice-presidente da CRE, senador Marcos do Val (Cidadania-ES).

Gustavo Uribe, Ricardo Della Coletta, Daniel Carvalho e Igor Gielow

Diplomatas em NY temem que Eduardo se torne 'bedel'

SÃO PAULO Na missão do Brasil junto à ONU, em Nova York, diplomatas receberam com preocupação beirando o pânico a virtual nomeação de Eduardo Bolsonaro como embaixador em Washington.

A avaliação é que, devido à sua força política, Eduardo deverá teleguiar as decisões relativas às Nações Unidas.

Historicamente, as representações em Washington e Nova York operam com autonomia e até certa rivalidade.

Um termo utilizado em conversas internas nesta quinta (11) é que o filho do presidente será um “bedel” dos diplomatas brasileiros em NY, especialmente em assuntos como direitos humanos, meio ambiente, questões de gênero, desigualdade e temas indígenas.

Outra expressão usada, segundo a **Folha** apurou, é de que a diplomacia brasileira em Washington funcionará como “subdivisão do Departamento de Estado”, em razão da proximidade de Eduardo com o governo Donald Trump.

Há ainda preocupação pelo fato de o futuro embaixador do Brasil junto à ONU, Ronaldo Costa Filho, cuja indicação ainda está parada no Senado, ser de perfil mais técnico, com pouca força para fazer contraponto ao filho do presidente.

No Itamaraty, as reações à indicação de Eduardo variaram da descrença à chacota. Um embaixador experiente afirmou que a imagem externa de um Brasil submisso às vontades dos EUA de Trump será intensificada.

PAINEL FOLHA DE S. PAULO

A República somos nós

A indicação de Eduardo Bolsonaro para a Embaixada do Brasil em Washington repercute politicamente em diversas camadas. Quem conhece os meandros do Itamaraty diz que a escolha acaba com qualquer respaldo moral que a gestão do chanceler Ernesto Araújo pudesse ter internamente e alastra a impressão de que o ministro virou uma “rainha da Inglaterra”. A missão dada ao o3 ainda amplia o poder do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), sobre o destino do clã do Planalto.

MÔNICA BERGAMO

QUERO SABER O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), pode pedir informações à Polícia Federal e ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) sobre a existência de uma investigação contra o jornalista Glenn Greenwald, do The Intercept Brasil.

VINGANÇA Ele foi sorteado para analisar pedido da Rede para que qualquer investigação contra Greenwald seja suspensa. O partido argumenta que o procedimento, se existir, configura clara retaliação a Greenwald pela publicação das mensagens da Lava Jato, que contrariaram o ministro da Justiça, Sergio Moro.

MURO O Coaf já foi questionado sobre o assunto pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Mas foi dúvida nas respostas.

STOP E a Rede planeja recorrer ao STF e também mover ação popular na Justiça Federal caso Jair Bolsonaro confirme a indicação do próprio filho, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), para a embaixada dos EUA.

TIROTEIO

“Temos o primeiro caso de nepotismo internacional da história do Brasil. O lema agora é: os parentes acima de tudo!”

Do governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), sobre o presidente ter indicado o filho Eduardo a embaixador nos EUA

12 JUL 2019

PAINEL DO LEITOR

Ministro evangélico no STF

O presidente Jair Bolsonaro afirmar que vai nomear um ministro do STF que seja “terrivelmente evangélico” não deve nos surpreender (“Bolsonaro diz que indicará para vaga no STF ministro ‘terrivelmente evangélico’”, Poder, 11/7), haja vista o perfil dos novos evangélicos no Brasil. Estão sintonizados com o Velho Testamento, cuja tônica é o belicismo. Citar Jesus é importante, pois ele é popular, mas seus ensinamentos de amor estão sendo substituídos por outros.

José Elias Aiex Neto (Foz do Iguaçu, PR)

É absurdo um possível ministro super-hiperevangélico. Ora, todos na Vila Madalena, em São Paulo, e no Posto 9, no Rio, sabem que a moda é nomear ministros moderninhos e progressistas, liberais mais ou menos de esquerda, mais que laicos que desprezam a ideia de um Deus maior, distantes dos fundamentos dos valores ocidentais e favoráveis a todo tipo de aberração antinatural, tudo pretensamente justificado por um juridiquês rococó.

Paulo Boccato (São Carlos, SP)

Estou de acordo com Jair Bolsonaro, mas abriria também a possibilidade para o pessoal LGBT. Apenas penso que ele deve usar a Constituição, e não a Bíblia ou o kit gay, para dar seus pareceres.

Iria de Sá Dodde (Rio de Janeiro, RJ)

FOLHA DE S. PAULO 12 JUL 2019

Liminar permite que credor da Odebrecht tome ação da Braskem

Decisão libera execução de papéis da petroquímica, o que não estava previsto no plano de recuperação judicial

SÃO PAULO | REUTERS Um juiz do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo concedeu uma decisão liminar (temporária) que permite que credores da Odebrecht tomem posse das ações da petroquímica Braskem oferecidas como garantia para empréstimos que fizeram ao conglomerado.

No pedido de recuperação judicial, apresentado em junho, a Odebrecht pediu que as ações da petroquímica não pudessem ser executadas, o que foi acatado pela Justiça.

A liminar, concedida em ação movida pelo Itaú Unibanco, anula esse benefício. O Banco do Brasil também encaminhou um pedido semelhante ao feito pelo Itaú.

“As ações oferecidas em garantia não pertencem às recuperadas [grupo Odebrecht], por se tratar de alienação fiduciária, tanto que o banco agravante [Itaú Unibanco] era quem recebia os dividendos pagos aos acionistas”, afirmou o juiz Alexandre Lazzarini, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do tribunal.

A Odebrecht entrou com pedido de recuperação judicial com o objetivo de reestruturar R\$ 51 bilhões em débitos. A dívida total da companhia soma R\$ 98,5 bilhões, mas parte desse valor não pode ser renegociada.

É o caso dos empréstimos bancários que têm garantias, como as ações da Braskem. Nesse caso, o credor pode executar a garantia e

ficar com as ações para quitar a dívida, sem precisar ficar na fila de credores.

São R\$ 14,5 bilhões em dívidas que têm garantias extras, chamadas de extraconcursais.

Com R\$ 22,8 bilhões a receber, os bancos públicos estão entre os principais credores da Odebrecht. O BNDES encabeça a lista, com R\$ 10 bilhões — R\$ 7 bilhões concursais e R\$ 3 bilhões extraconcursais (com garantia de ações da Braskem).

Em seguida vem o Banco do Brasil, com R\$ 7,8 bilhões — R\$ 4,8 bilhões concursais e R\$ 3 bilhões extraconcursais. Depois, Caixa e FI-FGTS, com R\$ 5 bilhões de dívida — sem garantia em ações da Braskem.

Os bancos privados, que emprestaram dinheiro para o grupo mais recentemente, foram mais eficientes e conseguiram colocar todas as suas dívidas como extraconcursais: R\$ 4,4 bilhões do Bradesco, R\$ 3,5 bilhões

do Itaú e R\$ 500 milhões do Santander.

Isso os deixa em uma situação mais confortável, embora as ações da Braskem tenham se desvalorizado significativamente depois que a holandesa LyondellBasell desistiu de fatia da Odebrecht na companhia. É provável que os papéis já não cubram mais todas as dívidas que garantem.

A Odebrecht tem 38,3% de participação na Braskem e 50,1% das ações com direito a voto. O grupo afirmou no pedido de recuperação judicial que a manutenção do controle sobre a Braskem é essencial para sua reestruturação, uma vez que a petroquímica foi sua principal fonte de receita em 2018.

Não ficou claro se os bancos poderão vender as ações da Braskem de imediato.

Representantes da Odebrecht e do Itaú Unibanco não comentaram o assunto.

Fundado em 1944, o grupo baiano — que chegou a faturar R\$ 132 bilhões e empregar 193 mil pessoas — enfrenta dificuldades desde a Lava Jato.

As investigações da operação revelaram esquema de corrupção em que executivos de empresa pagavam propinas a políticos e funcionários públicos. A crise atingiu o grupo num momento de alto endividamento. Entre 2008 e 2015, a dívida total das empresas da Odebrecht subiu de R\$ 18 bilhões para R\$ 110 bilhões.

R\$ 98,5 bi

é a dívida da Odebrecht, que, afetada pela Lava Lato, entrou em recuperação judicial; medida envolve 21 empresas do grupo, incluindo a holding ODB e a Kieppe, que congrega a participação da família Odebrecht

12 JUL 2019
FOLHA DE S. PAULO

Laura Mattos

Apaga o artigo, ministro?

SÃO PAULO O Supremo Tribunal Federal marcou para 4 de dezembro um julgamento que poderá reafirmar a liberdade de expressão ou colocá-la em risco.

O debate se dá em torno da constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que visa "impedir a censura", conforme o texto da lei. Ele determina que um provedor de conteúdo só será responsabilizado por publicações de terceiros que sejam ofensivas a alguém se não a retirarem do ar após uma decisão judicial.

A discussão começou a partir de uma ação movida contra o Facebook por uma mulher que teve um perfil falso criado na rede social. O perfil foi apagado, mas o Facebook contestou o pedido de indenização por danos morais, mencionando o artigo 19.

O embate chegou ao STF, que avaliará se esse um tema de repercussão geral, ou seja, a decisão será aplicada posteriormente em outros casos.

Coloquemos de lado, por ora, a mulher que brigou com o Facebook,

com razão aliás, para refletir sobre o que tende a ocorrer se o tribunal derrubar o dispositivo legal. Sim, ficará mais fácil retirar do ar um perfil falso, qualquer um pode ser vítima disso ou de algo pior, mas também será aberta a cova para que, sem cerimônia, se enterre toda sorte de conteúdo, reportagens, quem sabe.

A exigência da decisão judicial não garante a liberdade de expressão, mas é uma barreira a mais contra a privatização da censura. Se for dispensada, natural que os provedores de conteúdo, aqui incluídos gigantes como Google e Facebook, assumam definitivamente o papel de censores com base em qualquer reclamação, da senhora com perfil falso ao político corrupto.

E o ministro Dias Toffoli, presidente do STF, que em abril mandou censurar uma reportagem sobre menção a ele em emails vazados da Lava Jato, poderá recorrer a meras notificações extrajudiciais para banir algo que lhe desagrade.

Ele, aliás, é o relator do processo que questiona o artigo 19.

Moro cria clima de ameaça à imprensa, diz Glenn

Daniel Carvalho

BRASÍLIA Glenn Greenwald, responsável pelo site The Intercept Brasil, disse no Senado, nesta (11), que o ministro Sergio Moro (Justiça) cria no país um clima de ameaça à imprensa ao não esclarecer se o jornalista é alvo de investigação pela Polícia Federal.

O site tem divulgado em parcerias com outros veículos, inclusive a Folha, diálogos de Moro, quando ainda era juiz, e procuradores da Lava Jato.

"Moro foi perguntado várias vezes se está nos investigando e nunca negou. Ele quer que, pelo menos, fiquemos com medo", disse na audiência pública na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Na terça (10), o procurador do Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), Lucas Furtado, pediu ao órgão que suspenda qualquer investigação sobre Greenwald até que fiquem claras as motivações. Furtado pede que o TCU realize inspeção no Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), já que o órgão, vinculado ao Ministério da Economia, não esclareceu se há fiscalização.

"O clima que o ministro está tentando criar, acho que isso é uma ameaça a uma imprensa livre", afirmou o jornalista.

Ele reclamou que nenhum senador do PSL, partido do governo, estava presente no início da sessão. O líder do partido, Major Olímpio (SP),

e o senador Flávio Bolsonaro (RJ), são suplentes na CCJ.

"Estamos defendendo os princípios fundamentais para a democracia, [que são] a imprensa livre, o fato de que pessoas com poder político precisam [ter] transparência", afirmou o jornalista.

O senador Marcos do Val (Cidadania-ES) que questionou os motivos do jornalista para não submeter o material que recebeu a perícia.

"Jornalistas, na democracia, não entregam material jornalístico para a polícia nem para o governo para ter autorização para publicar. Tenho uma reputação mundial como jornalista. Obviamente não publicaria um material que não fosse autêntico", afirmou.

Perícia aponta que houve escuta ilegal de presos da Lava Jato

Ao todo, foram gravadas 260 horas, segundo análise da PF; doleiro Alberto Youssef foi um dos alvos

José Marques e Felipe Bächtold

SÃO PAULO Análise feita pela Polícia Federal apontou que uma escuta instalada em uma cela de presos da Lava Jato em 2014 gravou irregularmente 260 horas (11 dias) de conversas no Paraná.

A avaliação foi feita dentro de uma sindicância interna da polícia iniciada após o doleiro Alberto Youssef, pivô da operação em seu início, relatar naquele ano ter encontrado equipamentos de gravação no local onde estava detido, na Superintendência da PF no Paraná. Os documentos foram obtidos pela Folha.

Youssef é um dos presos identificados nas gravações, assim como o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e a doleira Nelma Kodama, de acordo com relatório feito pelo agente federal Acyr dos Santos Paes.

A apuração foi feita entre 2015 e 2016, mas até hoje as circunstâncias da instalação da escuta ainda não foram esclarecidas. Depoimentos de procedimentos disciplinares sobre o caso voltaram a ser feitos nos últimos dias.

Em 27 de junho, Youssef prestou depoimento na PF

de São Paulo em um processo administrativo disciplinar sobre o agente responsável pela instalação da escuta, Dalmey Werlang.

O advogado do doleiro, Antonio Figueiredo Basto, afirmou que não sabia da existência da perícia e que a polícia negou o acesso da defesa às sindicâncias.

Gravações feitas de forma ilegal já resultaram em anulação de operações policiais, como a Satiagraha.

Segundo a revista Veja, nessa audiência o doleiro afirmou que um de seus advogados questionou o então juiz Sergio Moro —hoje ministro do governo Bolsonaro— a respeito do caso e que o magistrado negou que o aparelho tivesse sido instalado com autorização judicial.

A perícia sobre o equipamento foi feita em 2015 pelo agente Santos Paes. Nela, ele diz que “no primeiro dia de gravações (17.mar.2014), alguns (dos grampeados) já se identificam como Carlos Alberto Pereira da Costa, Carlos Alexandre de Souza Rocha e Alberto Youssef”.

Todos os três detentos foram alvos das primeiras fases da Lava Jato.

“No segundo dia conversam

a respeito de itens apreendidos, entre eles pinturas, canetas, bebidas —tal fato foi noticiado na mídia naquela data; uma presa se identifica como Nelma Kodama.”

O relatório final dessa sindicância chega à conclusão, no entanto, da “inexistência de diálogos que pudessem ser considerados relevantes ou que pudessem, em tese, ser usado contra os interlocutores”.

A descoberta do grampo gerou na época trocas de acusações e aberturas de inquéritos sobre policiais federais tidos como críticos da operação.

No centro dessa disputa estava a antiga cúpula da Lava Jato na Polícia Federal em Curitiba, que hoje integra o alto escalão da PF no Ministério da Justiça, comandado por Moro.

Ainda em 2014, o delegado Maurício Moscardi Grillo abriu uma primeira sindicância para apurar se houve interceptação ilegal na cela, mas oficialmente chegou à conclusão de que o aparelho que tinha sido achado estava inoperante.

Segundo o Grillo, a escuta encontrada havia sido instalada legalmente em 2008, para investigar o traficante Ferdinando Beira-Mar. O delegado chega a essa conclusão sem ouvir formalmente o agente Dalmey e sem encaminhar o equipamento à perícia.

“Obviamente, aproveitando-se do fato de ter sido encontrado o artefato no forro de sua cela, Alberto Youssef e sua defesa difundiram o fato [de que foi grampeado] de maneira irresponsável na convicção de tumultuar e ocasionar alguma nulidade formal para a Operação Lava Jato”, escreveu o delegado na ocasião.

Mas um novo depoimento de Dalmey, colhido em 2015 pelo delegado Mario Renato Fanton, causou uma reviravolta no caso.

CONTINUA

12 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Nele, Dalmey afirmou ter instalado o equipamento especificamente para gravar os presos da Lava Jato e afirmou que o fez a pedido de delegados da operação —Igor Romário de Paula, Rosalvo Ferreira Franco e Márcio Anselmo, que hoje fazem parte da cúpula da PF em Brasília.

Foi aberta uma nova sindicância para apurar os grampos. Dessa vez, o equipamento foi enviado para análise de peritos, que apontou a existência das 260 horas de gravação.

Em dezembro de 2016, o resultado da segunda sindicância foi parar nas mãos do então diretor-geral da Polícia Federal Leandro Daiello, que determinou abertura de processos disciplinares contra Dalmey, pela instalação do grampo ilegal, e contra Grillo, por má condução na primeira apuração sobre a escuta.

Os delegados da Lava Jato não foram atingidos porque, segundo a corporação, não havia indícios suficientes de que as escutas tivessem sido instaladas sob ordem superior.

Procurada, a PF em Brasília, onde atuam hoje os delegados, não comentou o assunto. A PF Curitiba, onde estão Grillo e Dalmey, também não se manifestou.

12 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Reforma para todos

Senado fará bem em adequar servidores estaduais e municipais às regras previdenciárias votadas na Câmara; empenho de governadores é essencial

Com a reforma da Previdência perto da aprovação definitiva pela Câmara dos Deputados, são animadoras as notícias de que no Senado já se discutem propostas para adequar servidores estaduais e municipais às novas regras.

Os governos regionais acabaram excluídos do texto votado na quarta (10) em razão de uma combinação de mesquinhas políticas. Governadores de oposição, em especial do Nordeste, relutaram em apoiar publicamente a reforma, enquanto parlamentares favoráveis a ela se recusaram a ajudar administrações de adversários.

Há meios de reparar o dano, embora o entendimento partidário possa se mostrar difícil. Estuda-se a apresentação de uma proposta de emenda constitucional específica para os demais entes federativos, de modo a não atrasar a tramitação do projeto original.

Fato é que em boa parte dos estados as despesas previdenciárias já ameaçam diretamente a prestação de serviços básicos à população.

Segundo estudo da Instituição Fiscal Independente, órgão consultivo ligado ao Senado, em 2017 o déficit dos regimes estaduais chegou a R\$ 89 bilhões, valor equivalente a nada menos de 14,7% da receita.

Em alguns casos, como os de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o rombo fica entre 25% e 30% da arrecadação. É absurdo que tamanha parcela dos recursos disponíveis se destine a um estrato

diminuto da sociedade —enquanto carências em educação, saúde e segurança afetam a todos.

Observa-se hoje um óbvio desequilíbrio entre o número de funcionários que contribuem para a Previdência e o de inativos. A relação é de apenas 1,13 para 1, e em pelo menos quatro estados os aposentados e pensionistas já superam em quantidade os que estão na ativa.

Corporações influentes, como fiscais de renda, procuradores e membros do Judiciário continuam a ignorar restrições orçamentárias. Outras, como professores e policiais, numerosas e importantes, gozam de regras mais benevolentes.

Entre 2006 e 2015, o valor da remuneração média dos servidores estaduais cresceu 50,8% acima da inflação, ao passo que o benefício médio pago aos inativos subiu 32,7%. Em muitos casos ainda se permitem integralidade (aposentadoria com o último salário) e paridade (correções de benefícios equivalentes às dos salários da ativa).

Com déficits explosivos e serviços em colapso, não há mais espaço para subterfúgios. O mais simples e rápido é incluir todos os entes federativos na reforma nacional. Caso não seja possível, os Executivos e Legislativos locais precisam enfrentar o problema.

Em qualquer hipótese, os governadores, especialmente os de oposição, devem se dedicar mais a expor publicamente a situação de suas contas e a urgência dos ajustes.

12 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça autoriza mulher a doar rim para sobrinho

Larissa Ayumi Sato

Reportagem Local

Uma mulher obteve autorização na Justiça para doar um rim para o sobrinho, de quem ela não é "parente de sangue". Esta história surpreendente de uma família unida aconteceu em Quedas do Iguaçu (Centro-Oeste).

Há cerca de 15 meses, o atendente de farmácia Sidnei Pastre, 37, foi diagnosticado com insuficiência renal estágio cinco, com a indicação de transplante. Vários parentes se submeteram a exames de compatibilidade, sem sucesso. Uma irmã dele é 100% compatível mas, por problemas de saúde, não pôde ser a doadora.

Após saber que tinha a mesma tipagem sanguínea de Pastre, a tia da mulher dele, a operadora de caixa de supermercado Estefânea de Souza Rozentalski, 42, ofereceu-se para fazer os exames. Obteve-se 20% de compatibilidade, o suficiente para a doação. "É uma compatibilidade considerável, senão nem autorizam", explicou. Ela também foi submetida a avaliações nutricionais, sociais e psicológicas, todas com pareceres favoráveis ao transplante.

No Brasil, a legislação em vigor apenas autoriza a doação de órgãos entre vivos (com exceção da medula óssea, cuja doação é livre) para parentes até quarto grau ou mediante autorização judicial. O Ministério Público do Paraná considerou justificável a busca da autorização do Judiciário, tendo em vista o vínculo afetivo entre doadora e receptor.

"O pai da Eliane (esposa do Sidnei) é irmão do meu esposo", conta Estefânea. "Estou casada há 25 anos, e o Sidnei está na família há mais de 20 anos. É meu sobrinho de coração, e o juiz compreendeu. É uma família muito unida", diz.

Com a compatibilidade comprovada, a família entrou com ação no Tribunal de Pequenas Causas, e o juiz Vitor Toffoli deferiu o pedido no dia 11 de junho. "Juntamos documentos para comprovar o parentesco, e em cerca de uma semana conseguimos", comenta a doadora.

Rozentalski conta que deve ficar cinco dias internada depois do transplante e, com os cuidados necessários, em 15 dias está apta a trabalhar novamente. "A família, o pessoal do trabalho, todo mundo apoiou. Ele mesmo me perguntou se era isso mesmo que ia fazer, mas estou bem tranquila. O médico falou que não tem problema, é só fazer o acompanhamento periódico, me cuidar, que não tem problema nenhum. Conversei com uma mulher que doou o rim há três anos, e está tudo bem com ela. A madrastra da minha sobrinha (Eliane) vive com um rim só, sem problemas", comenta.

O transplante estava marcado para o último dia 28 de junho, mas como Pastre estava um pouco debilitado, a cardiologista que o acompanha optou pela não realização da cirurgia. O paciente está sob tratamento, e dia 30 de julho retorna para nova avaliação médica.

TRATAMENTO

Desde o diagnóstico, em abril de 2018, Pastre viaja três vezes por semana para Cascavel (distante 110 quilômetros) para fazer hemodiálise. "Ele sai às 11h, quando o levo para almoçar na minha sogra, e depois chega em casa às dez da noite. E são quatro horas ligado à máquina", detalha a mulher dele, a comerciante Eliane Aparecida Rozentalski Pastre, 34, proprietária de uma floricultura. "Como está afastado do trabalho, ele fica comigo na loja como passatempo. Temos um bebê de oito meses que ele não segura, pois não tem forças. Qualquer coisa eleva o potássio, o fósforo. Não pode ingerir água, líquido nenhum, que vai para o pulmão", explica a mulher.

O casal tem ainda uma filha de cinco anos e oito meses. "Quando a gente vai ao médico, em Cascavel, às vezes ficamos dois, três dias fora, e ela falta nas aulas. E ela comenta com a 'prof' na escola que teve que ficar lá porque estava cuidando do papai", afirma Eliane. "Ela está tendo uma atenção especial porque, por mais que a gente tente esconder, ela percebe", observa. "A gente fica feliz que logo esse sofrimento vai acabar, mas fica angustiada, com medo, porque não sabe quanto tempo vai demorar", resume a mulher. "Mas conseguimos uma pessoa boa para doadora."

12 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Ação contra ex-diretor da OAS fica na Vara da Lava Jato

São Paulo - A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou habeas corpus impetrado pela defesa do ex-diretor da empreiteira OAS Manuel Ribeiro Filho requerendo a remessa da ação penal movida contra ele nos autos da Operação Lava Jato para a Seção Judiciária da Bahia. Os advogados alegavam que a 13ª Vara Federal de Curitiba não seria competente para julgar o caso. As informações foram divulgadas pelo TRF-4.

Ribeiro Filho é investigado pelo pagamento de propina no contrato de ampliação das instalações destinadas a abrigar a nova sede da Petrobras em Salvador (BA), em imóvel denominado Torre Pituba/Prédio Itaigara, de propriedade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros.

Segundo a defesa, os fatos do processo não estariam relacionados ao cartel das empreiteiras investigadas pela Operação Lava Jato e a Petros não é um braço da Petrobras, sendo a contratação de natureza privada. Para os advogados, o fato de não haver conexão probatória com os outros processos criminais da operação levaria a competência para o juízo do local dos fatos.

Conforme o relator, desembargador federal João Pedro Gebran Neto, esse não é um crime isolado, mas integrado ao contexto da organização criminosa que atingiu os cofres da Petrobras ao longo dos anos. Em seu voto, ressaltou que houve corrupção de agentes públicos da estatal com a finalidade de superfaturar a obra de construção da Torre Pituba, sendo da 13ª Vara Federal de Curitiba a competência para julgar crimes correlatos à Operação Lava Jato.

12 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Presidente diz que AGU está na lista para assumir vaga 'evangélica' no STF

Julia Lindner
Agência Estado

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro confirmou que o advogado-geral da União, André Luiz de Mendonça, está em uma lista de cotados para assumir a vaga de "ministro evangélico" no Supremo Tribunal Federal (STF). A primeira vaga a ser aberta no Supremo durante o mandato de Bolsonaro é a do ministro Celso de Mello, que terá aposentadoria compulsória em novembro de 2020, quando completa 75 anos.

"Eu sei que ele (André Luiz Mendonça) é terrivelmente evangélico e posso garantir a vocês. Têm muitos bons nomes pra lá e André Luiz é um bom nome com toda certeza e está em uma lista", disse Bolsonaro ao ser questionado sobre a possibilidade de indicar o atual AGU para o Supremo. O presidente falou com jornalistas após a posse do novo diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem.

Mendonça é um dos nomes mais cotados para preencher a vaga de "ministro evangélico". Considerado técnico e discreto, ele é pastor da Igreja Presbiteriana em Brasília, servidor de carreira da AGU e possui bom trânsito tanto entre integrantes do STF quanto parlamentares.

Na quarta-feira (10), Bolsonaro assumiu o compromisso pela indicação de um ministro "terrivelmente evangélico" para STF durante culto de Santa Ceia realizado pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados.

Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva nomearam seus advogados-gerais da União para o Supremo - no caso, respectivamente, Gilmar Mendes e Dias Toffoli.

12 JUL 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Previdência deve manter economia acima de R\$ 900 bi

Alterações para acomodar concessões a categorias como policiais e professores devem reduzir o cálculo original, que era R\$ 987 bilhões

Renata Agostini
Amanda Pupo
Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Embora as negociações de ontem tenham levado a novas exceções nas regras para aposentadoria, integrantes do Ministério da Economia que acompanham as tratativas na Câmara ainda trabalhavam com cenário de que o impacto dos destaques – propostas de mudança no texto-base – na economia da reforma da Previdência ficaria “bem abaixo dos R\$ 100 bilhões”.

Cálculos preliminares indicavam que o texto votado na quarta-feira poderia sofrer desidratação de R\$ 50 bilhões a R\$ 60 bilhões – o que garantiria economia acima de R\$ 900 bilhões em dez anos. A economia original seria de R\$ 987,5 bilhões.

A conta considera quatro grandes alterações: os dois acordos que já haviam sido fechados na quarta-feira, para alterar as regras de aposentadoria para mulheres e para policiais, e o entendimento costurado ao longo do dia de ontem para mudar as condições para professores e para homens.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, não quis falar em números, argumentando que seria necessário verificar o que exatamente seria aprovado ao fim da sessão. Sua secretaria chegou a emitir nota dizendo que, como uma medida poderia influenciar no impacto de outras, as estimativas sem o texto final não eram “fidedignas”.

Um integrante do time econômico explicou, sob reserva, que antecipava que a desidratação no texto seria “significativa”, mas não destrutiva – a ponto de desfigurar a reforma. Segundo ele, as contas poderiam mudar, já que as negociações ainda corriam no plenário ontem à noite e havia expectativa de que seguissem pela madrugada.

Segundo um auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes, cálculos preliminares indicavam que a alteração para professores – cuja idade mínima seria reduzida para 55 anos no caso dos homens e 52 anos no caso das mulheres – teria impacto de cerca de R\$ 15 bilhões.

Isso porque a mudança atingiria um contingente de professores que são da União, os professores das instituições privadas, e os municípios que não têm regimes próprios. Como os municípios ficaram de fora do texto da reforma, os que têm regime próprio não serão atingidos pelas alterações.

Já o acordo em andamento para a aposentadoria dos homens, cujo tempo mínimo de contribuição cairia de 20 anos para 15 anos, levaria a uma redução de cerca de R\$ 5 bilhões na economia projetada com a reforma. Ao contrário das mulheres, o pagamento de dois pontos percentuais a mais da média salarial para cada ano de trabalho só valeria para eles a partir dos 20 anos de contribuição.

Por essa razão, o problema maior, segundo essa fonte da equipe econômica, estaria justamente na mudança para mulheres. Nesse caso, o impacto giraria em torno de R\$ 25 bilhões, a princípio. Com a aprovação do destaque (sugestão de alteração ao texto), houve um ajuste na regra de cálculo do benefício. Elas precisarão de 15 anos de contribuição, porém o aumento de dois pontos percentuais a cada ano já valerá a partir dessa marca.

As alterações para policiais, já acertadas, teriam o menor efeito: a expectativa é de impacto de R\$ 1 bilhão a R\$ 1,7 bilhão na economia total. O acordo prevê que os homens poderão se aposentar com 53 anos e as mulheres com 52 anos – pelo texto original, ambos teriam de cumprir idade mínima de 55 anos. Foi incluído um pedágio de 100%, que se refere ao tempo que o policial terá de trabalhar a mais do tempo que falta para se aposentar com o último salário da ativa (integralidade) e ter os mesmos reajustes dos servidores da ativa (paridade).

O presidente Jair Bolsonaro afirmou esperar que a reforma não seja muito desidratada, mas disse ter “pouca influência” neste momento sobre os parlamentares. “Se, por ventura, tenha algo para ser corrigido, que o façam agora via destaques”. / COLABOROU JULIA LINDNER

12 JUL 2019

#OPERAÇÃO PILOTO BEMPARANÁ Lava Jato pede condenação de dez por fraude em licitação

Lista inclui ex-chefe de gabinete de Beto Richa e “operador” do esquema

Da Redação

A força-tarefa Lava Jato no Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba apresentou, na terça-feira, à Justiça, as alegações finais da denúncia de crimes de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro envolvendo a licitação para para exploração e duplicação da rodovia PR-323. É o primeiro processo envolvendo desvios no governo paranaense cuja instrução foi encerrada. Outro processo sobre o assunto ainda está tramitando, tendo o ex-governador Beto Richa (PSDB) como réu.

As provas que embasam a acusação apontam, segundo o MPF, o pagamento de propinas pela Odebrecht em troca do favorecimento da empreiteira na licitação para as obras da rodovia, em 2014, cujo valor era de R\$ 7,2 bilhões. Diante das provas, os procuradores pediram a condenação de Jorge Atherino, apontado como operador de Richa; Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete do tucano; Adolpho Julio da Silva Mello Neto, Benedito Junior, Fernando Migliacchio, Luciano Pizzatto, Luiz Antônio Bueno Junior, Luiz Eduardo Soares, Maria Lucia Tavares e Olívio Rodrigues Junior. Além das penas de prisão, o documento prevê um valor mínimo para reparação de dano de R\$ 4 milhões.

De acordo com a denúncia, no final de janeiro de 2014, executivos da Odebrecht procuraram Roldo, e pediram apoio para afastar eventuais concorrentes interessados na licitação.



Roldo: provas incluem gravação

Após uma primeira reunião, o então chefe de gabinete do governador voltou a se encontrar com executivos da empreiteira, informando que daria a ajuda na licitação, mas para isso contava com a ajuda da empresa na campanha à reeleição do tucano naquele ano. Em outra reunião 14 de fevereiro, Roldo afirmou que tinha procurado as empresas CCR e Viapar, que indicaram que não participariam da licitação. Informou ainda que a Contern, controlada pelo Grupo Bertin, tinha interesse na concorrência.

O ex-chefe de gabinete, segundo o MPF, convidou então Pedro Rache, executivo da Contern, para uma conversa no Palácio Iguazu, em 24 de fevereiro. No encontro, gravado por Rache e transcrito na denúncia, Roldo informou ao empresário que tinha “compromissos” com a Odebrecht e pediu que a Contern se afastasse da disputa, oferecendo ainda a possibilidade de negócios com a Copel.

Em março do mesmo ano, o consórcio Rota das Fronteiras, formado pela Odebrecht e as empresas Tucummann, Gel e America, foi o único a fazer proposta na licitação, vencendo a concorrência. O contrato foi assinado em 5 de setembro de 2014.

Propina - Segundo a denúncia, em meados de julho de 2014, Atherino foi ao escritório da Odebrecht em Curitiba para cobrar as propinas acertadas com Roldo. O diretor-superintendente da Odebrecht para a região Sul e São Paulo pediu a utilização do Setor de Operações Estruturadas da companhia – responsável por pagamentos ilegais – para realizar o acerto de suborno. Foi aprovado o pagamento de R\$ 4 milhões em caixa dois, e Atherino informou os endereços em que os valores deveriam ser entregues.

De acordo com o MPF, perícia da Polícia Federal nos sistemas Drousys e MyWebDay do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, identificou registros de cinco pagamentos de propina entre os meses de setembro a outubro de 2014, que totalizaram R\$ 3,5 milhões. Os endereços de entrega estavam localizados no município de São Paulo, em condomínio relacionado à sogra de Atherino.

Segundo a denúncia, as provas demonstrariam que, embora o dinheiro tenha sido solicitado como “ajuda da campanha”, foi usado como contrapartida da venda da função pública e para o enriquecimento pessoal dos agentes públicos, entre eles o próprio Roldo.

Inelegíveis

A partir do ano que vem o Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR) vai enviar duas listas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para subsidiar o registro ou indeferimento de candidaturas às eleições municipais. Além da tradicional relação dos gestores públicos com contas já julgadas e desaprovadas, será encaminhada uma listagem com o nome dos prefeitos cujas contas tiveram pareceres prévios do TCE pela rejeição, mas que ainda não foram julgados pelas câmaras municipais.

12 JUL 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Lava Jato e a corrupção na PR-233

Mais uma vez pesou a barra contra Beto Richa e mais uma trupe envolvida em caso de corrupção. A força-tarefa Lava Jato no Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba apresentou, nesta terça-feira (9), as alegações finais da denúncia de crimes de corrupção (ativa e passiva) e lavagem de dinheiro envolvendo a Parceria Público Privada (PPP) para exploração e duplicação da rodovia PR-323. Este é o primeiro processo envolvendo desvios no governo paranaense cuja instrução foi encerrada. Outro processo sobre o assunto ainda está sendo tramitado, tendo o ex-governador Beto Richa como réu.

As provas que embasam a acusação revelaram o pagamento de propinas pela Odebrecht para obter favores ilegais nas obras da rodovia PR-323, entre os municípios de Francisco Alves e Maringá, em 2014, cujo valor era de R\$ 7,2 bilhões.

Diante das provas colhidas durante a investigação, o MPF pediu a condenação de Jorge Atherino, apontado como operador (intermediário que gerenciava as propinas) do ex-governador Beto Richa; Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete de Richa; Adolpho Julio da Silva Mello Neto, Benedito Junior, Fernando Migliacchio, Luciano Pizzatto, Luiz Antônio Bueno Junior, Luiz Eduardo Soares, Maria Lucia Tavares e Olívio Rodrigues Junior. Além das penas privativas de liberdade, o documento prevê um valor mínimo para reparação de dano de R\$ 4 milhões.

JORNAL DO ÔNIBUS 12 JUL 2019

Lava Jato pede condenação de Richa e mais nove

MPF apresentou alegações finais da "Operação Piloto"

A força-tarefa Lava Jato no Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba apresentou, na terça-feira, as alegações finais da denúncia de crimes de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro envolvendo a licitação para exploração e duplicação da rodovia PR-323. É o primeiro processo envolvendo desvios no governo paranaense, no âmbito da operação Piloto, 53ª fase da Lava Jato, cuja instrução foi encerrada. Outro processo sobre o assunto ainda está tramitando, tendo o ex-governador Beto Richa (PSDB) como réu.

As provas que embasam a acusação apontam, segundo o MPF, o pagamento de propinas pela Odebrecht em troca do favorecimento da empreiteira na licitação para as obras da rodovia, em 2014, cujo valor era de R\$ 7,2 bilhões.

Diante das provas, os procuradores peiem a condenação de Jorge Atherino, apontado como operador de Richa; Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete do tucano; Adolpho Julio da Silva Mello Neto, Benedito Junior, Fernando Migliacchio, Luciano Pizzatto, Luiz Antônio Bueno Junior, Luiz Eduardo Soares, Maria Lucia Tavares e Olívio Rodrigues Junior. Além das penas privativas de liberdade, o documento prevê um valor mínimo para reparação de dano de R\$ 4 milhões. ■

METRO

MPF apresenta alegações finais em 1ª ação

A força-tarefa Lava Jato no MPF (Ministério Público Federal) em Curitiba apresentou, na terça-feira, as alegações finais da denúncia de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo uma PPP para duplicação da PR-323. No total dez pessoas estão denunciadas, entre elas o ex-chefe de gabinete do ex-governador Beto Richa, Deonilson Roldo. Richa não foi listado, mas responde outra ação penal na mesma operação.

Em 2014, Roldo foi gravado alegando a um empresário interessado na obra já "ter compromissos" na PPP. Ao depor ele disse ter sofrido uma armadilha. © METRO CURITIBA